

Instituto de Informática, I.P.

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

2012

Título

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Autor/Editor

INSTITUTO DE INFORMÁTICA, I.P.

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 17 - Taguspark - 2740-120 Porto Salvo

Telf: 21 423 04 09 / Fax: 21 423 00 01

e-mail: ii@seg-social.pt

www.seg-social.pt

Coordenação

Conselho Diretivo

Concepção técnica

Área de Qualidade e Auditoria

Data de edição

Abril de 2013

Versão 1.0

Os direitos de autor deste trabalho pertencem ao Instituto de Informática, I.P. (II, I.P.) e a informação nele contida encontra-se classificada em conformidade com a política de segurança da informação do II, I.P. (ver classificação atribuída no rodapé das páginas seguintes). Caso este documento não esteja classificado como "Público", não pode ser duplicado, destruído, arquivado, divulgado, ou transportado, na íntegra ou em parte, nem utilizado para outros fins que não aqueles para que foi fornecido, sem a autorização escrita prévia do II, I.P., em conformidade com o procedimento interno de manuseamento da informação do II, I.P., ou, se alguma parte do mesmo for fornecida por virtude de um contrato com terceiros, segundo autorização expressa de acordo com esse contrato. Todos os outros direitos e marcas são reconhecidos.

As cópias impressas representam versões não controladas.

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	6
1.1 <i>Enquadramento.....</i>	<i>6</i>
1.2 <i>O Instituto de Informática, IP.....</i>	<i>6</i>
1.3 <i>Indicadores do desempenho.....</i>	<i>10</i>
2. PESSOAS.....	14
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2012.....	19
4. NOTA FINAL	31
ANEXO – DEFINIÇÕES (GLOSSÁRIO E ACRÓNIMOS).....	32

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DO II, IP.	9
FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DE PESSOAL AO SERVIÇO DO II, IP.	16
FIGURA 3 - COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO 2012	20
FIGURA 4 - OPERAÇÃO SAMA I-BER – DESCRIÇÃO DAS DESPESAS ELEGÍVEIS APROVADAS	20
FIGURA 5 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2011/2012	21
FIGURA 6 - EVOLUÇÃO MENSAL DA DESPESA 2012	22
FIGURA 7 - PESO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2011 /2012.....	22
FIGURA 8 - INDICADORES DE EXECUÇÃO – 2009 A 2012.....	23
FIGURA 9 - COMPOSIÇÃO DA DESPESA EXECUTADA.....	23
FIGURA 10 - EXECUÇÃO COMPARADA 2011 / 2012 DA DESPESA DE CORRENTE	25
FIGURA 11 - EXECUÇÃO COMPARADA 2011 / 2012 DA DESPESA DE INVESTIMENTO	25
FIGURA 12 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE INVESTIMENTO – 2009 A 2012.....	25
FIGURA 13 - EXECUÇÃO 2011 DAS OPERAÇÕES COFINANCIADAS PELO SAMA	26
FIGURA 14 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (SÍNTESE).....	29

Nota Introdutória

1. Nota Introdutória

1.1 Enquadramento

Este documento de prestação de contas, complementar às demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter organizacional, económico e financeiro sobre a gestão do Instituto de Informática, IP. (II, IP.) para poder apoiar a futura tomada de decisões de carácter gestor e político.

O documento apresenta a seguinte estrutura:

- *No ponto n.º 1, na nota introdutória, para além do enquadramento e da missão, visão e valores do II, IP., apresentam-se os principais resultados da atividade de 2012;*
- *No ponto n.º 2 apresenta-se a informação resumida relativa à gestão de pessoas;*
- *No ponto n.º 3 apresentam-se os dados da execução orçamental de 2012;*
- *No ponto n.º 4 apresenta-se a nota final ao documento.*

1.2 O Instituto de Informática, IP.

Missão, Visão, Valores e Políticas do Sistema de Gestão Integrado

No quadro do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) e da Lei orgânica do MSSS (Decreto-Lei n.º 126/2011 de 29 de Dezembro), foi atribuída ao II, IP. a missão de *“definir e propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação, garantindo o planeamento, conceção, execução e avaliação das iniciativas de informatização e atualização tecnológica do MSSS.”*

Foi igualmente definida a visão do nos seguintes termos: *“O Instituto de Informática, IP., pretende ser uma referência nacional das melhores práticas na conceção, desenvolvimento, implementação e operação de Sistemas de Informação.”*

A Carta de Valores do II, IP. estabelece os princípios éticos e deontológicos que devem reger a sua atuação, enquanto prestador de serviço público, nos seguintes termos:

“O Instituto de Informática, IP., rege-se por princípios de dedicação exclusiva ao serviço do interesse público, observando os valores fundamentais e princípios da atividade administrativa: legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé.”

A atividade do II, IP. é orientada pelas Políticas, definidas e desdobradas no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), nos termos que se seguem:

Política da Qualidade, Segurança da Informação, Gestão de Serviços de TI e Responsabilidade Social

O II, IP., definiu uma Política integrada de Qualidade, Segurança da Informação, Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) e Responsabilidade Social nos seguintes termos:

“Melhorar continuamente a eficácia do seu Sistema de Gestão Integrado, através do desenvolvimento das competências dos seus colaboradores para a Gestão e Prestação de um Serviço de Excelência, e da aplicação da metodologia e do ciclo “Plan-Do-Check-Act” (PDCA), sustentados no:

- *Estabelecimento, implementação e comunicação da Política, Objetivos e Planos;*
- *Avaliação e monitorização da conformidade e do desempenho;*
- *Melhoria contínua dos processos e resultados chave”.*

Este compromisso é traduzido pela:

- *Monitorização, avaliação e melhoria contínua do desempenho e dos resultados chave, incluindo o estabelecimento de parcerias e a implementação dos processos de inovação com recurso às melhores práticas e tecnologias disponíveis;*
- *Implementação do modelo de segurança da informação sustentado nas melhores práticas para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, bem como, na gestão e avaliação dos riscos de acordo com os critérios definidos para o cumprimento da sua missão, para melhorar continuamente o Sistema de Gestão de Segurança da Informação.*

As políticas para os Sistemas de Gestão da Segurança da Informação, Gestão de Serviços de TI e Responsabilidade Social estão desdobradas nos documentos de referência do II, IP., no âmbito do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Catálogo de Produtos

O II, IP. tem como ferramenta de comunicação e de relacionamento com os clientes, o catálogo de produtos, definido no âmbito do sistema de gestão de serviços de TI e que documenta todos os bens e serviços de suporte que são disponibilizados aos clientes (todas as Instituições a quem são prestados serviços). As principais componentes do catálogo de serviços são:

- Serviços de infraestruturas;
- Acesso e partilha de informação;
- Segurança da informação;
- Apoio ao utilizador;
- Ciclo de vida de equipamentos;
- Monitorização;
- Gestão da informação;
- Serviços de Formação;
- Serviços aplicativos;
- Serviços de Contact Center.

Fatores Críticos de Sucesso

As linhas estratégicas e fatores críticos para o sucesso do cumprimento da missão do II, IP. são:

- Consolidar a qualidade, a usabilidade e o contributo corporativo dos sistemas de informação sob gestão do II, IP.;
- Melhorar a satisfação dos Utilizadores do Sistema de Informação da Segurança Social;
- Melhorar a eficácia e eficiência dos processos internos do II, IP., com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados;

- Melhorar o desempenho dos seus Colaboradores através do desenvolvimento das suas capacidades de aprendizagem e inovação.

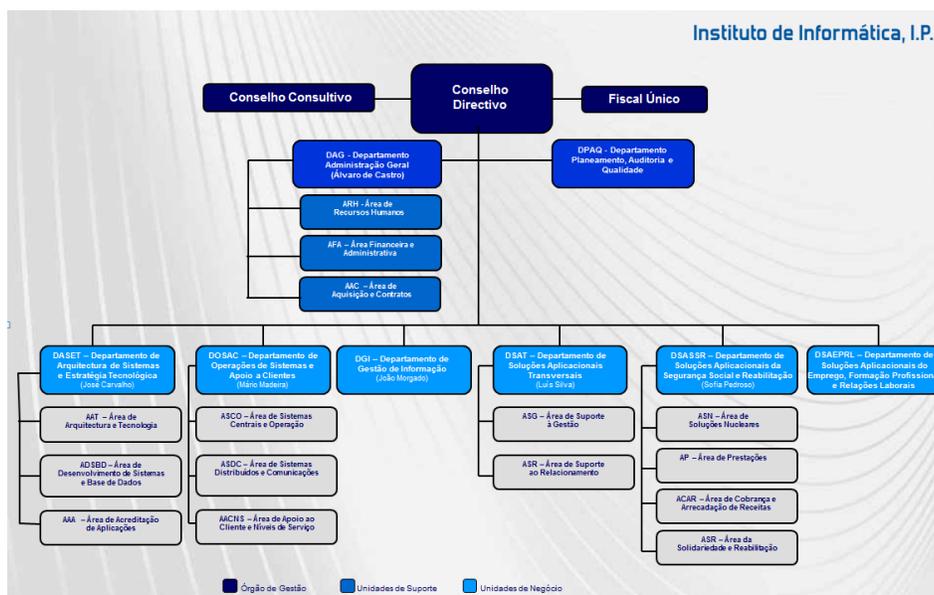
Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional está organizada de acordo com os estatutos do II, IP.

O II, IP. é dirigido por um Conselho Diretivo, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal e estrutura-se em Departamentos e estes em Áreas, dirigidos, respetivamente, por Diretores de Departamento e Coordenadores de Área.

Na figura seguinte apresenta-se o organograma do II, IP. em 31 de dezembro de 2012:

Figura 1 - Organograma do II, IP.



Estão previstos nos estatutos do II, IP., para além do Conselho Diretivo, os seguintes órgãos, de acordo com a publicação a 23 de Agosto de 2012, do Decreto-Lei 196/2012:

- O Conselho Consultivo;
- O Fiscal Único.

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do II, IP., e nas tomadas de decisão do Conselho Diretivo. É constituído pelos dirigentes máximos dos organismos integrados nas administrações direta e indireta do MSSS e por um representante de cada um dos parceiros sociais, designadamente, a união Geral de

Trabalhadores, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, a Confederação Empresarial de Portugal, a Confederação do Turismo de Portugal, a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, a Confederação dos Agricultores de Portugal.

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial; encontra-se em processo de nomeação.

1.3 Indicadores do desempenho

De seguida destacam-se os principais indicadores do desempenho e da atividade do II, IP. relativamente a 2012:

Gestão do Relacionamento e do Serviço ao Cliente

- Os sistemas de informação geridos pelo II, IP. dão suporte à atividade de **12.000 utilizadores**, dos quais 7.000 utilizam o Sistema de Informação da Segurança Social (SISS);
- No âmbito do **SISS** existem **76 módulos em produção** que suportam diretamente as atividades do negócio da Segurança Social ao nível do enquadramento e vinculação, registo de remunerações, prestações sociais, arrecadação, ação social, fiscalização e combate à fraude, entre outros;
- Foi consolidada a gestão e o suporte aos produtos no âmbito da gestão do atendimento, comercializados e fornecidos a Organismos da Administração Pública (ex: **Sistema Integrado de Gestão do Atendimento - SIGA**), realçando-se no final de 2012:
 - N.º de utilizadores no Sistema da Segurança Social: 2.608;
 - N.º de utilizadores na Rede de Lojas do Cidadão: 2.059 (serviço prestado à Agência para a Modernização Administrativa);
 - N.º médio de atendimentos por dia: 34.461 no Sistema de Segurança Social e 15.943 na Rede de Lojas do Cidadão;
- **O Centro de Contacto da Segurança Social** registou 5.177.431 chamadas oferecidas e

343.999 *e-mails* tratados;

- No âmbito do **Suporte ao Utilizador** foram resolvidos todos os pedidos de resolução de 1ª prioridade (100% de concretização), correspondendo a 30.118 incidentes e 37.149 pedidos de serviço;
- **O sítio da Segurança Social permaneceu** durante as 52 semanas do ano no Top10 do ranking da *Marketware*, com um tempo médio de acesso de 1,511 segundos;
- **O índice de satisfação dos clientes** (numa escala de 1 a 5) situou-se nos 3.5; a satisfação com a resolução de incidentes e pedidos de serviço foi, respetivamente, de 4,67 e de 4,79; a satisfação com os serviços de formação prestados pelo II, IP., registou um resultado de 4.3 (satisfação com a formação de uma forma geral), 4.7 (satisfação com a monitoria) ao nível da formação presencial e 4.18 ao nível da satisfação com a formação em e-Learning;
- Foram **formados 3.472 utilizadores** do Sistema da Segurança Social durante o ano de 2012.

Gestão das aplicações e da informação de suporte ao negócio da Segurança Social (referência a 05-01-2013)

- Número de **peças singulares** ativas (ativos não mortos): 14.784.122;
- Número de **Entidades Empregadoras**: 1.131.438;
- Número de **Pensionistas**: 2.302.667;
- Número de **Remunerações e de Declarações de Remuneração**:
 - N.º médio de linhas de remuneração: 6.721.276;
 - N.º médio de Declarações de Remuneração: 592.126;
- Número de **prestações pagas** (média mensal): 3.156.491;
- Número de **pagamentos à Segurança Social** (média mensal): 851.042;
- **Despesa corrente com prestações sociais em percentagem do PIB** (dados do último trimestre de 2012 – fonte BPSat, Banco de Portugal): 24,2%.

Gestão do Serviço de Infraestrutura e Comunicações

- Foi dado suporte aos 76 módulos do SISS em produção tendo sido realizados **753 deployments** nos ambientes de produção e pré-produção;
- Foram executados 11.962 *scripts*, 791 processos *batch* e 2.932 pedidos no âmbito da supervisão e operação;
- A taxa de **disponibilidade** média dos serviços prestados situou-se nos **99,30%**;
- É assegurada a gestão de **2 Datacenters**, um principal e um alternativo, em sintonia com as directrizes do Plano de Continuidade de Negócio;
- São geridos **380 TB de “storage”**;
- São geridos **14 TB no âmbito da gestão de bases de dados**, com um crescimento médio de 200 GB por mês;
- A média diária de **tráfego de rede é de 300 GB**;
- Foram realizados, em média, **400 backups** por dia;
- Foram salvaguardados em média, por mês, **180 TB em Tapes**, com execução de 11.500 *backups*, com uma taxa de sucesso de 96%.

Sistema de Gestão Integrado

- Foi assegurada a renovação do **Reconhecimento R4E (“Recognized for Excellence”)** – **4 estrelas**, pela European Foundation for Quality Management (EFQM);
- Ao nível da **satisfação dos colaboradores** registou-se um índice global de satisfação de 66%, realçando-se um resultado de 73% na dimensão “satisfação global” e de 84% na dimensão “níveis de motivação”;
- No âmbito do plano trienal de **formação e desenvolvimento de competências** registou-se uma **taxa de participação de 45%** de colaboradores com frequência de pelo menos uma acção de formação, para uma **meta de 50%**;
- Foram **concretizados os principais objectivos e metas definidos para 2012** com um desempenho global de 105% ao nível do Balanced Scorecard e de 106% ao nível do Quadro de Avaliação de Responsabilização (QUAR).

Pessoas

2. Pessoas

Em 2012, o II, IP., prosseguiu a visão estratégica na gestão de recursos humanos, assumindo que o cumprimento da sua missão requer um corpo de profissionais estável e permanente, com perfis adequados às competências chave necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, e que esteja altamente qualificado e motivado.

De entre outras iniciativas, destaca-se a preparação e apresentação à tutela do documento “Recursos Humanos Plano de Recrutamento Proposta 2012-2013” que visou, designadamente:

- Identificar e caracterizar as necessidades operacionais de recursos humanos do II, IP., e propor um plano de recrutamento, em alinhamento com o plano estratégico de sistemas de informação (PESI) 2011-2013 (que preconiza uma redução no recurso à contratação da prestação de serviços externos), com a atual conjuntura política, socioeconómica e gestionária, com o objetivo de suprir necessidades permanentes, substituindo-se, desta forma, a contratação de recursos externos com menos competências no negócio da Segurança Social e com elevada rotatividade entre empresas e nas empresas a que pertencem;
- Especificar necessidades permanentes de recursos humanos com perfil tecnológico, apresentando-se uma estratégia de actuação para a resolução do problema e a sua justificação, com destaque para as áreas funcionais da programação, acreditação e testes de *software*, e de operação, administração e supervisão de sistemas e de bases de dados, incluindo a avaliação da economia financeira resultante da adopção do plano proposto.

A proposta mereceu apreciação da Tutela e conduziu à apresentação de “Plano de Recrutamento de II, IP.: 2012 – 2013”.

Foi aprovado o Mapa de Pessoal para 2012-2013 com a implementação dos procedimentos legalmente previstos para a ocupação de 46 Postos de Trabalho vagos, dos 326 previstos.

Foram desenvolvidas melhorias nos processos da gestão de recursos humanos visando, entre outros, a reflexão sobre as qualificações e conhecimentos para as funções desempenhadas, a atualização do Manual de Funções e o incremento da qualidade do Sistema de Informação de Recursos Humanos (SIRH).

É de destacar a disponibilização de base de dados do histórico de formação profissional, desde 1999 até 2012, enquanto portefólio de reflexão das aprendizagens das pessoas ao serviço do II, IP., permanentemente atualizado. Concretizou-se a exploração e disponibilização de dados do SIRH, através de novas parametrizações e da utilização dos dados do Sistema de Informação de Acessos e Tempos no Edifício.

Prosseguiram os trabalhos de aplicação dos normativos legais vigentes, nomeadamente a Lei n.º 12.º-A/2008, de 28 de Fevereiro, que aprovou os novos regimes de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) e do Código de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), com os impactos decorrentes da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2012 (LOE 2012), em matéria gestão dos organismos da Administração Pública (AP), de que se destaca as normas do “Capítulo III – Disposições relativas a trabalhadores do sector público” – (Artigo 20.º a 54.º)” e “Capítulo X” (Artigo 108.º).

A aplicação do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública n.º 7/2011, de 8 de Julho (ACEEP), concretizou-se na implementação das medidas sobre horários de trabalho para os trabalhadores abrangidos, relativas a utilização de saldo mensal e interrupções ocasionais, compreendidas no período de trabalho diário.

O II, IP., em 2012, participou na implementação e avaliação do Plano de Iniciativas para a Igualdade do Género, de acordo com o Plano de Ação para a Igualdade setorial e IV Plano Nacional para a Igualdade — Género, Cidadania e não Discriminação, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de Janeiro.

Concluiu-se o processo de avaliação de desempenho individual relativo ao ano de 2011 e lançaram-se as bases para o processo relativo a 2012, assente numa melhoria significativa da solução informática de suporte à gestão processo. Aplicaram-se os impactos da Avaliação de 2011, designadamente em matéria de incremento de dias de férias, de acordo com os ns.º4 e n.º5 do Artigo 52.º da Lei n.º66-B/ 2007, de 28 de Dezembro (SIADAP).

A realização do Inquérito de Satisfação aos Colaboradores, em 2012, veio confirmar algumas tendências de que se destacam, global e comparativamente, entre os anos de 2008 a 2012:

- Crescimento de Índice de Satisfação, com uma média de 55% tendo atingido o registo mais elevado em 2012 (64%);
- Crescimento de Índice de Motivação, com registo de mais de 75% média/ano, atingindo

o valor mais elevado em 2012 (84%);

- Decréscimo da taxa de participação, próximo dos 45% média/ano, com o mais baixo registo em 2012 (36%).

Mapa de pessoal a 1 de Janeiro de 2012

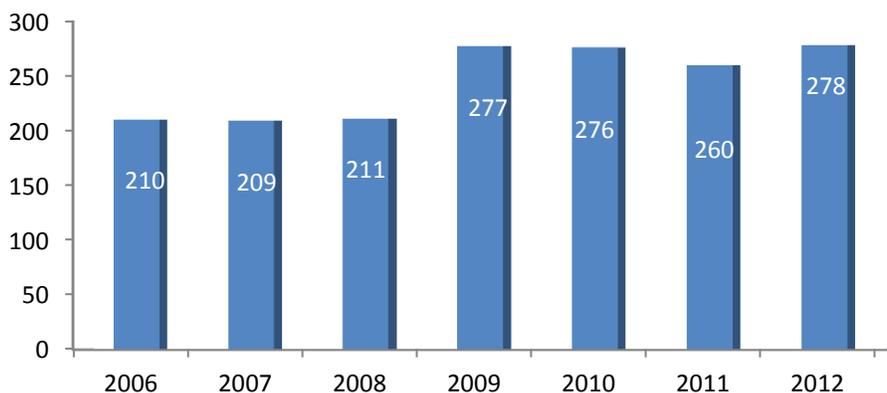
O Mapa de Pessoal (MP) aprovado para o ano de 2012, com 326 Postos de Trabalho Necessários (PTN), foi elaborado com a participação dos responsáveis de unidades e aprovado superiormente, nos termos dos artigos 4º a 7º LVCR. A distribuição dos PTN por áreas, perfis e carreiras é de 68% nas atividades de TIC, 23% nas de apoio à gestão e 9% ao nível do pessoal dirigente.

O total da previsão dos PTN para o ano de 2012, correspondeu a um incremento da despesa de pessoal, relativamente à execução prevista para 2012, com mais 18 PTN que em 2011.

Afetação real de Recursos Humanos

O II, IP., contava ao seu serviço, em 31 de Dezembro de 2012, com um total de 278 trabalhadores, número que ficou aquém dos PTN do Mapa de Pessoal. Em 31 de Dezembro de 2012, comparativamente a igual período de 2011, registou-se um total de mais dezoito (+18) pessoas ao serviço, resultado da reintegração da equipa que desempenhava funções no Centro Nacional de Pensões em regime de mobilidade. Esta equipa continua a exercer funções no âmbito de novos desenvolvimentos e dos processos de manutenção evolutiva e correctiva do atual Sistema de Informação de Pensões.

Figura 2 - Evolução dos efetivos de pessoal ao serviço do II, IP.



Movimentos de entrada e saída

No ano de 2012 verificaram-se 35 entradas de novos colaboradores e regressos, resultado do lançamento de Procedimentos de Mobilidade Internas (PMI) e do regresso de colaboradores que se encontravam em Mobilidade Interna. Entretanto, em igual período, saíram 17 pessoas.

Procedimentos Concurrais

A implementação e conclusão do Plano de Operacionalização do Exercício de Cargos Dirigentes (POECD), nos termos da legislação aplicável, designadamente da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigentes e da Portaria 1329-A de 30 de Dezembro que aprova a 1.º alteração aos Estatutos do II, IP, Anexo à portaria n.º 635/2007, de 30 de Maio, conduziu ao preenchimento de 10 PT, pelo provimento em cargos de Direção intermédia de 1.º e 2.º grau, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos.

Entretanto, foram concluídos os Períodos Experimentais (PE) em PT, resultado de procedimentos concursais lançados em 2012 e celerados os novos CTFP.

Execução Orçamental 2012

3. Execução Orçamental 2012

Orçamento inicial e revisões em 2012

Em Janeiro de 2012 o Instituto de Informática, I.P. dispunha de um Orçamento global de 31.311 mil euros. Deste montante, 18.960 mil euros dizem respeito a despesas de Administração e 12.351 mil euros a despesas de Capital.

O montante total da dotação inicial representou uma redução de 4.200 mil euros (-11,8%) em relação ao orçamento atribuído do ano anterior, sendo que as despesas de Administração registaram uma quebra de 1.769 mil euros (-8,5%) e as despesas de Capital uma quebra de 2.431 mil euros (-16,4%).

Inicialmente a distribuição do orçamento teve em conta os procedimentos de aquisição críticos e inadiáveis que foram sendo firmados no final do ano anterior, cujas declarações de cabimento orçamental foram emitidas no final de 2011, no montante total de 10.657 mil euros, tendo-se finalizado a distribuição total do orçamento no final do mês de Janeiro, de acordo com a previsão de despesas dos departamentos.

A 30 de março, o Instituto sofreu um cativo no seu Orçamento de Capital, no montante de 1.544 mil euros, que ocorreu na sequência da autorização das cativações previstas na Lei de Orçamento de Estado (artigo 3º da Lei 64-B de 2011 de 30 de dezembro), por Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social do dia 13 de março de 2012. Respeitando o montante total cativo, foi elaborada uma proposta de distribuição por diferentes orgânicas, face ao orçamento disponível das mesmas.

Em abril, o Instituto foi informado do montante a cativar em despesas de Administração, no agrupamento D.02 - Aquisição de Bens e Serviços. Face ao montante total do cativo, de 549 mil euros, procedeu-se a uma análise dos montantes a cativar por rubrica, considerando os cabimentos já realizados e as necessidades de execução previstas para os restantes meses do ano.

Assim, no ano de 2012, o montante total cativado, em Administração e Capital, reflectiu-se em 2.093 mil euros. Este montante veio dificultar a realização de aquisições previstas e necessárias em matéria de assistência técnica, conservação e trabalhos especializados, entre outras rubricas.

Orçamento final

O orçamento final do Instituto, após concluídas todas as operações de transferências, ilíquido de cativo, é o que consta da tabela seguinte.

Figura 3 - Composição do Orçamento Corrigido 2012

valores em €

Grupos de Despesa	Orçamento
Despesas Correntes	18.903.343
Despesas com Pessoal	9.453.543
Aquisição Bens e Serviços	9.414.914
Juros e Outros Encargos	5.000
Subsídios	25.786
Outras Despesas	4.100
Despesas de Capital	12.351.000
TOTAL	31.254.343

Investimentos orçamentados por Fundo de Financiamento

No âmbito do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC), o II, IP. deu continuidade às operações SAMA em curso, tendo sido aprovada, a 3 de Agosto, a proposta da candidatura da operação IBER - Integração de Beneficiários e requerentes no SISS, que decorrerá até 2014. Nesta operação o II, IP. apresenta-se como promotor e o ISS como parceiro. Do montante total elegível aprovado, de 1.280 mil euros, a comparticipação FEDER corresponde a 745 mil euros (58,23%), cabendo ao II, IP. o montante de 669 mil euros e ao ISS 76 mil euros, conforme quadro abaixo.

Figura 4 - Operação SAMA I-BER – descrição das despesas elegíveis aprovadas

Classificação da despesa	Elegível	Compart. FEDER (58,23%)	Compart. Nacional (41,77%)
Aq. de serviços a terceiros - Assistência Técnica e Consultoria	30.000	17.468	12.532
Aq. de equipamento informático	210.000	122.273	87.727
Aq. de software	784.000	456.484	327.516
Total Investimento - II,IP	1.024.000,00	596.224	427.776
D. Pessoal - II,IP	125.560,84	73.108	52.453
D. Pessoal - ISS	130.439,16	75.948	54.491
Total D. Pessoal	256.000,00	149.056	106.944
Total da Operação	1.280.000,00	745.280	534.720

Durante o ano de 2012, ocorreram custos com a alocação colaboradores internos do II, IP., no

montante de 82 mil euros.

Nos termos da RCM n.º 33/2012, de 1 de março, a AMA anunciou a rescisão do seu contrato de financiamento da operação Visita por Marcação Prévia (VMP), uma vez que a execução das suas despesas não atingia os mínimos exigidos naquela resolução.

Em Agosto de 2012, o II, IP foi informado pela AMA do aumento da taxa máxima de cofinanciamento – de 70% para 85% - deliberada pela Comissão Ministerial de Coordenação do COMPETE, e aplicável a operações não encerradas até o dia 1 de Agosto. Nesse sentido, a taxa de reembolso aplicada às operações PMA (5651), IECC (7958) e FWSC-I (7959), passou de 47,95% para 58,23%. As restantes operações mantém a taxa de financiamento FEDER em 47,95%, com exceção da operação GO-PRO cuja taxa de financiamento é de 47,79%.

Execução orçamental

A percentagem de execução do orçamento final de 2012 (76,3%) foi inferior em 0,4 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior (76,7%), conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

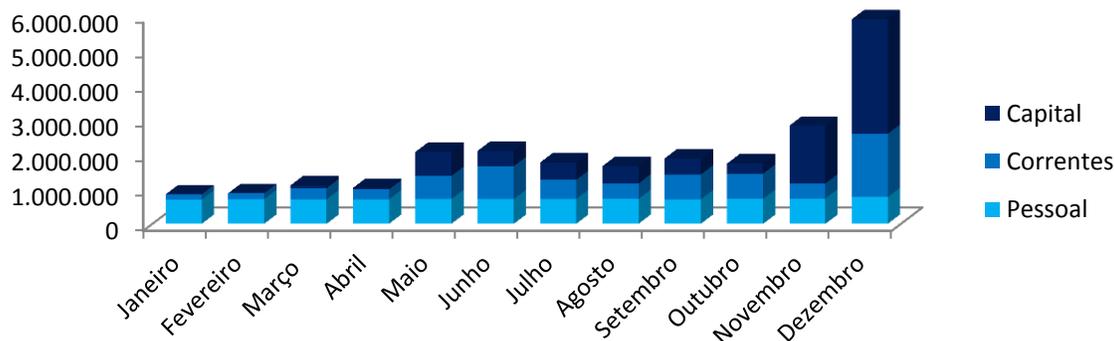
Figura 5 - Execução orçamental 2011/2012



A despesa global executada no final de dezembro atingiu 23.852 mil euros, registando uma variação negativa de 12,4% (-3.364 mil euros), relativamente ao valor acumulado no período homólogo do ano anterior. As Despesas Correntes ascenderam a 15.864 mil euros e as Despesas de Capital a 7.988 mil euros.

No que respeita à evolução mensal da despesa, verificou-se, comparativamente com os meses anteriores, que, no mês de dezembro, a execução registou um impulso substancial, relativamente à tendência dos meses anteriores, como demonstra o gráfico seguinte.

Figura 6 - Evolução Mensal da Despesa 2012



No mês de dezembro, foram executadas cerca de 41% das Despesas de Capital e 25% das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços do ano inteiro. A assimetria, na distribuição mensal das despesas executadas, verificou-se sobretudo na execução do último trimestre, substancialmente superior. Esta tendência deriva, entre outros motivos, dos atrasos registados na obtenção dos pareceres prévios, impelindo a execução para o último mês do ano.

Quanto à composição da despesa de 2012, o peso das Aquisições de Bens e Serviços e da Despesa de Capital foi de 30,3% e 33,5% respetivamente. O ano anterior registou uma estrutura análoga, com um acréscimo de 2 pontos percentuais no peso da Despesa de Capital.

A Despesa com o Pessoal representou 36,0% da despesa executada em 2012 mantendo um peso ligeiramente inferior ao do ano anterior (diminuição de 2 pontos percentuais).

Figura 7 - Peso da execução Orçamental 2011 /2012

	Execução 2011		Execução 2012	
	Peso exec. 2011	Peso exec. 2011	Peso exec. 2012	Peso exec. 2012
Despesas Correntes				
Despesas c/ Pessoal	10.348.583	38,0%	8.593.424	36,0%
Aq. Bens e Serviços	8.198.562	30,1%	7.239.000	30,3%
Juros e Outros Encargos	3.696	0,0%	3.260	0,0%
Subsídios	83.854	0,3%	24.662	0,1%
Outras Despesas Correntes	3.508	0,0%	3.660	0,0%
Despesas de Capital				
Aq. Bens de Capital	8.581.899	31,5%	7.988.022	33,5%
Total	27.220.102	100,0%	23.852.027	100,0%

Em termos gerais, os pagamentos acumulados de 2012 ascenderam a 23.852 mil euros, registando-se um decréscimo de 12 % relativamente ao ano anterior.

Figura 8 - Indicadores de Execução – 2009 a 2012

Grupos de Despesa	2009	2010	2011	2012	em milhares de euros		
					Tvha 09/10	Tvha 10/11	Tvha 11/12
Despesas Correntes	21.211,0	22.093,8	18.638,3	15.864,0	4,2%	-15,6%	-14,9%
Despesas c/ Pessoal	10.775,5	11.212,2	10.348,6	8.593,4	4,1%	-7,7%	-17,0%
Aq. Bens e Serviços	10.345,3	10.786,7	8.198,6	7.239,0	4,3%	-24,0%	-11,7%
Juros e Outros Encargos	4,3	4,3	3,7	3,3	0,3%	-14,3%	-11,8%
Subsídios	84,2	90,7	83,9	24,7	7,7%	-7,5%	-70,6%
Outras Despesas Correntes	1,7	0,6	3,5	3,7	-64,7%	484,6%	4,3%
Despesas de Capital	12.696,7	13.614,3	8.581,9	7.988,0	7,2%	-37,0%	-6,9%
TOTAL	33.907,7	35.708,2	27.220,2	23.852,0	5,3%	-23,8%	-12,4%
Indicador de Exec. Orç.							
Orçamento Inicial	38.010,0	39.976,8	35.510,1	31.310,6	5,2%	-11,2%	-11,8%
% Exec. Orçamento Inicial	89,2%	89,3%	76,7%	76,2%	0%	-13%	0%
Orçamento Corrigido	40.707,8	39.976,8	35.510,1	31.254,3	-1,8%	-11,2%	-12,0%
% Exec. Orçamento	83,3%	89,3%	76,7%	76,3%	6,0%	-12,7%	-0,3%

Composição da Despesa

Do total da despesa do II, IP, 36% foi com Despesas de Pessoal, 30,3% com Aquisição de Bens e Serviços e 33,4% com Capital, concluindo-se que dois terços representam despesas de funcionamento e um terço despesas de investimento

Figura 9 - Composição da Despesa Executada

valores em €	
Grupos de Despesa	Orçamento
Despesas Correntes	15.863.488
Despesas com Pessoal	8.593.279
Aquisição Bens e Serviços	7.238.629
Juros e Outros Encargos	3.259
Subsídios	24.662
Outras Despesas	3.660
Despesas de Capital	7.988.022
TOTAL	23.851.510

Despesa Corrente

Em 2012 a Despesa Corrente registou um decréscimo de 2.774 mil euros (-14,9%) face ao ano anterior que se deveu sobretudo ao corte de 1.775 mil euros nos pagamentos afetos a Despesa com Pessoal (-17,0%), assim como à redução das Aquisições de Bens e Serviços, que registaram um

decréscimo da despesa de 960 mil euros (- 11,8%).

A quebra nos compromissos assumidos com despesas correntes, está estreitamente relacionada com os cortes realizados nas Despesas de Pessoal, no valor cativo do orçamento de Administração, assim como na obtenção tardia dos pareceres prévios enviados ao Ministério das Finanças, responsável por um atraso substancial na execução dos contratos.

Este decréscimo de despesa realizou-se a par com o alargamento das competências do II.IP, a gestão e disponibilização de um maior número de aplicações, sistemas e infraestruturas e serviços de TI e com o aumento do grau de integração e/ou comunicação de informação com clientes e entidades externas.

Despesa Corrente - Pessoal

A Despesa com Pessoal ascendeu a 8.593 mil euros em 2012, o que correspondeu a uma redução de 17% no período 2011/2012 (-1.755 mil euros). A redução referida deve-se, em grande parte, à redução remuneratória, resultante do quadro de financiamento restritivo que aprovou o Orçamento de Estado 2012. Associada a esta situação observou-se inclusive, a redução no valor do Subsídio de Férias e de Natal, assim como a redução no trabalho extraordinário.

Despesa Corrente – Aquisição de Bens e Serviços

As Aquisições de Bens e Serviços registaram uma quebra de 11,7%. Tal decréscimo deve-se sobretudo à redução de 91 mil euros em Estudos, pareceres e projectos de consultoria e 1.204 mil euros em Comunicações, quando comparado com a execução do ano anterior. A elaboração do orçamento 2012 de Administração, condicionou, inclusive, a dotação inicial programada para estas rubricas.

Despesa Corrente – Grau de execução

Figura 10 - Execução comparada 2011 / 2012 da Despesa de corrente

Valores em €

Rubricas	2011			2012			Var. Homóloga 2011/2012	Tvha
	Orçamento Corrigido	Executado Acumulado	% Exec.	Orçamento Corrigido	Executado Acumulado	% Exec.		
	1	2	3 = 2:1	4	5	6 = 5:4		
D.01 Despesa com Pessoal	10.872.141	10.348.583	95,2%	9.453.543	8.593.424	90,9%	-1.755.159	-17,0%
D.01.01 Remun.cert.e perman.	8.780.579	8.406.946	95,7%	7.409.853	7.072.603	95,4%	-1.334.343	-15,9%
D.01.02 Abon.var.ou event.	74.000	57.079	77,1%	100.000	32.169	32,2%	-24.910	-43,6%
D.01.03 Segurança Social	2.017.562	1.884.558	93,4%	1.943.690	1.488.652	76,6%	-395.905	-21,0%
D.02 Aquisição Bens e Serviços	9.762.411	8.198.562	84,0%	9.414.914	7.239.000	76,9%	-959.562	-11,7%
D.02.01 Aquisição de bens	133.412	51.753	38,8%	114.507	51.885	45,3%	132	0,3%
D.02.02 Aquisição serviços	9.628.999	8.146.809	84,6%	9.300.407	7.187.115	77,3%	-959.694	-11,8%
D.03 Juros e out. encarg.	5.000	3.696	73,9%	5.000	3.260	65,2%	-437	-11,8%
D.05 Subsídios	83.854	83.854	100,0%	25.786	24.662	95,6%	-59.192	-70,6%
D.06 Outr.desp.correntes	4.662	3.508	75,2%	4.100	3.660	89,3%	152	4,3%
DESPESA CORRENTE	20.728.068	18.638.203	89,9%	18.903.343	15.864.005	83,9%	-2.774.197	-14,9%

Fonte: Dados do SIF SAP

Despesa de Capital

As percentagens finais de execução em 2012 das rubricas de *Hardware* e *Software* Informático foram de 62,3% e 65,6% respetivamente.

Figura 11 - Execução comparada 2011 / 2012 da Despesa de Investimento

Valores em €

Rubricas	2011			2012			Var. Homóloga 2011/2012	Tvha
	Orçamento Corrigido	Executado Acumulado	% Exec.	Orçamento Corrigido	Executado Acumulado	% Exec.		
	1	2	3 = 2:1	4	5	6 = 5:4		
D.07.01.04 Construções diversas	17.120	14.999	87,6%	75.000	5.138	6,9%	-9.861	-65,7%
D.07.01.07 Equipam.informática	5.336.222	1.627.428	30,5%	2.196.349	1.368.715	62,3%	-258.714	-15,9%
D.07.01.08 Software informático	9.420.658	6.934.507	73,6%	10.071.651	6.611.943	65,6%	-322.564	-4,7%
D.07.01.09 Equip.administrativo	4.500	1.524	33,9%	5.000	2.226	44,5%	702	46,1%
D.07.01.15 Outros investimentos	3.500	3.441	98,3%	3.000	0	0,0%	-3.441	-100,0%
DESPESA DE CAPITAL	14.782.000	8.581.899	58,1%	12.351.000	7.988.022	64,7%	-593.877	-6,9%
TOTAL II.P	35.510.068	27.220.102	76,7%	31.254.343	23.852.027	76,3%	-3.368.075	-12,4%

Fonte: Dados do SIF SAP

A Despesa de Capital ascendeu a 7.988 mil euros, registando uma execução de 64,7% face ao orçamento corrigido de 12.351 mil euros. A redução de 594 mil euros, relativamente ao ano anterior, representa um decréscimo de 6,9%.

O quadro seguinte mostra a evolução da Despesa de Capital executada entre o período de 2009 e 2012. O triénio de 2010 / 2012 registou uma quebra da despesa de Capital de 33,2%.

Figura 12 - Evolução da Despesa de Investimento – 2009 a 2012

em milhares de euros

Designação	2009	2010	2011	2012	Tvha 09/10	Tvha 10/11	Tvha 11/12
Hardware	1.420,2	3.216,5	1.627,4	1.368,7	126,5%	-49,4%	-15,9%
Software	11.265,6	10.203,0	6.934,5	6.611,9	-9,4%	-32,0%	-4,7%
Outros	10,9	194,8	20,0	7,4	1687,2%	-89,8%	-63,1%
Total	12.696,7	13.614,3	8.581,9	7.988,0	7,2%	-37,0%	-6,9%

Despesa de Capital – SAMA

As operações SAMA em curso, cofinanciadas pelo FEDER, registaram uma execução geral de 64,5% face ao montante elegível programado de 8.566 mil euros, conforme se verifica no quadro resumo abaixo.

Face ao valor executado de 2009 a 2012, nas diversas operações, no montante total de 5.524 mil euros, verificou-se, a 31 de dezembro de 2012, uma elevada percentagem de pedidos de reembolso submetidos à AMA, atingindo os 98,0%.

Dos pedidos de reembolso submetidos para análise, o II, IP. obteve do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP. o montante de 2.103 mil euros, que correspondente à parte cofinanciada pelo FEDER.

A diferença entre o montante total executado e o montante total submetido ascende a 106 mil euros, relativo à operação SAMA FWSC-I e I-BER que serão submetidos no início de 2013.

O quadro abaixo resume todas as operações SAMA com a informação dos montantes aprovados, executados, submetidos e reembolsados

Figura 13 - Execução 2011 das Operações Cofinanciadas pelo SAMA

em euros

Operação	Elegível Programado	Total Executado	%Exec.	Reembolsos Realizados	%Compart. FEDER	Reembolsos recebidos
ASU (3584)	538.762	412.896	76,64%	412.896	47,95%	228.388
DPN (1872)	2.014.000	2.201.973	109,33%	2.201.973	47,95%	1.282.099
GO PRO (3560)	919.526	351.579	38,23%	351.579	47,95%	0
PORTAL (3608)	419.922	416.107	99,09%	416.107	47,95%	197.607
ÚNICA (3575)	1.244.336	925.395	74,37%	925.395	47,95%	0
PMA (5651)	844.931	0	0,00%	0	58,23%	0
IECC (7958)	510.589	296.960	58,16%	296.960	58,23%	0
FWSC-I (7959)	560.878	366.921	65,42%	343.463	58,23%	193.530
IBeR (22981)	1.149.561	82.377	7,17%		58,23%	0
PCF (3590)	320.175	407.200	127,18%	407.200	47,95%	177.101
CC (1874)	43.300	62.774	144,98%	62.774	47,95%	23.951
Total	8.565.980	5.524.184	64,49%	5.418.348		2.102.676

Resultado Líquido

O exercício de 2012 encerrou com o apuramento de um Resultado Líquido negativo no montante de € 4.295.593,47.

O Resultado Líquido apurado está afetado pela contabilização de despesas de investimento no valor total de € 7.988.021,71 financiadas pelo Fundo de Capital do Orçamento de Administração da Segurança Social e contabilizado como Proveitos Extraordinários, de acordo com as normas contabilísticas do Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

Aquele resultado está, também, afetado pelo total de Amortizações do Exercício no montante de € 15.380.570,55.

Não tendo o II, IP. qualquer atividade de exploração, o resultado apurado no exercício é meramente contabilístico em consequência da aplicação das normas do POCISSSS.

O Resultado Líquido negativo apurado de € 4.295.593,47 será levado à conta de Resultados Transitados, em conformidade também com as citadas normas contabilísticas.

Na figura seguinte apresenta-se uma síntese da demonstração de resultados seguida da respetiva análise.

A demonstração de resultados para o exercício de 2012 evidencia um decréscimo em relação ao ano anterior, situação ainda decorrente dos impactos da legislação produzida na sequência do PAEF em que o país se encontra.

De seguida, explica-se de forma resumida algumas das contas com variações mais significativas.

Conta 63 Transferências correntes concedidas e prestações sociais

Esta conta teve um decréscimo bastante significativo, uma vez que em 2012 os apoios financeiros ao CCD passaram a ser definidos pelo SESSS, mais concretamente através do Despacho n.º 7593/2012, de 1 de junho.

Conta 66 Amortizações do exercício

O aumento de mais de 36% nas amortizações do exercício deve-se à integração de imobilizado

em curso em 2012, sendo este acréscimo aquele que concorre em maior grau para o resultado líquido negativo do exercício.

Conta 71 Vendas e prestações de serviços

Esta conta na rubrica de venda de produtos, teve um decréscimo de 100%, uma vez que em 2012 não houve qualquer faturação referente à emissão de cartões CESD. Em relação à rubrica de prestações de serviços houve um acréscimo de sensivelmente 32%, referente à faturação de mais um trimestre que no ano anterior do projeto SIGA. Estas vendas e prestações de serviços estão ao abrigo de protocolos celebrados entre o II, IP., e outras entidades públicas.

Conta 74 Transferências e subsídios correntes obtidos

Esta conta teve um decréscimo em valores efetivos de mais de três milhões de euros, esta diferença refere-se à diminuição de faturação do protocolo celebrado com a ACT em € 441.402,43, da diminuição dos valores financiadas pelo Fundo de Administração do Orçamento de Administração da Segurança Social em € 2.951.536,83 e pelo acréscimo dos valores dos projetos cofinanciados pela AMA de € 215.505,38.

Conta 79 Proveitos e ganhos extraordinários

Esta conta tem um acréscimo de aproximadamente 27%, este valor refere-se maioritariamente à correção de amortizações acumuladas referentes a períodos anteriores.

Figura 14 - Demonstração de resultados (síntese)

Unidade monetária: Euro

POCISS	SS	Exercício		Evolução 2011/2012 (%)
		2012	2011	
Custos e perdas				
61	CMVMC			
	Mercadorias			
	Matérias			
62	Fornecimentos e serviços externos	7.273.406,24	8.306.222,04	-12,43%
64	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	6.563.228,98	7.771.330,07	-15,55%
643 a 648	Encargos sociais:			
	Pensões	12.104,51	12.909,89	-6,24%
	Outros	1.377.291,45	1.691.419,75	-18,57%
63	Transf. correntes concedidas e prest. sociais	24.661,60	83.854,00	-70,59%
66	Amortizações do exercício	15.380.570,55	11.275.490,45	36,4%
67	Provisões do exercício		11.275.490,45	
65	Outros custos perdas operacionais	3.659,66	3.507,65	4,33%
	(A)		29.144.733,85	5,1%
68	Custos e perdas financeiras	3.259,69	3.696,29	-118%
	(C)	30.638.182,68	29.148.430,14	5,1%
69	Custos e perdas extraordinários	13,09	4,31	203,7%
	(E)	30.638.195,77	29.148.434,45	5,1%
88	Resultado líquido do exercício	-4.295.593,47	-1.954.258,28	119,8%
		26.342.602,30	27.194.176,17	-3,13%
Proveitos e ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços			
	Vendas de mercadorias		7.256,80	-100,00%
	Vendas de produtos			
	Prestações de serviços	24.027,68	18.153,28	32,36%
72	Impostos e taxas			
	Variação da produção			
75	Trabalhos para a própria entidade			
73	Proveitos suplementares			
74	Transf. e subsídios correntes obtidos:			
741	Transferências - Tesouro			
742+743	Outras	15.397.999,42	18.575.433,30	-17,1%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	15.397.999,42	18.575.433,30	-17,09%
	(B)	15.422.027,10	18.600.843,38	-17,09%
78	Proveitos e ganhos financeiros	175	134	30,60%
	(D)	15.422.028,85	18.600.844,72	-17,09%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	10.920.573,45	8.593.331,45	27,08%
	(F)	26.342.602,30	27.194.176,17	-3,13%
RESUMO:				
Resultados operacionais (B) - (A) =		-15.212.895,89	-10.543.890,47	44,28%
Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =		-3.257,94	-3.694,95	-1183%
Resultados correntes (D) - (C) =		-15.216.153,83	-10.547.585,42	44,26%
Resultado líquido do exercício (F) - (E) =		-4.295.593,47	-1.954.258,28	119,8%

Considerações Finais

4. Nota final

O ano de 2012 caracterizou-se pela prestação de um serviço de qualidade aos Clientes do II, IP., reconhecido externamente por entidades independentes como a Associação Portuguesa para a Qualidade / European Foundation for Quality Management, pelos organismos da Administração Pública cujos colaboradores / utilizadores responderam ao inquérito à satisfação dos clientes, pelo tipo e natureza das solicitações transversais e dos desafios colocados ao II, IP., nomeadamente o reconhecimento e a procura de aplicações/soluções desenvolvidas internamente, finalmente, pela concretização da generalidade das metas definidas no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2012 e do BSC do II, IP.

As concretizações e resultados do II, IP., só foram possíveis com o compromisso, a motivação, o empenho e a coesão de todas as pessoas, equipas e estruturas que integram o Instituto. A todos se deve o Bom desempenho do II, IP., em 2012.

Porto Salvo, 29 de abril de 2013,

O Conselho Diretivo

Pedro Corte Real

António Rapoula

João Mota Lopes

Presidente

Vice-Presidente

Vogal

ANEXO – Definições (Glossário e Acrónimos)

Termo ou Acrónimo	Descrição
ACEEP	Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública nº 7/2011, de 8 de Julho
ACT	Autoridade para as condições de Trabalho
AJUDIC	Subsistema de Apoio Judiciário
AMA	Agência para a Modernização Administrativa, IP.
AP	Administração Pública
APEF	Alargamento de Penhoras em Execução Fiscal
APQ	Associação Portuguesa para a Qualidade
ASIP	Ação Social Interface Parceiros
BD	Base de Dados
BSC	Balanced Scorecard
CD	Conselho Diretivo
CESD	Cartão Europeu do Seguro de Doença
CIMO	Centralização de Impressão Massiva de Outputs
Cobit	Control Objectives for Information and Related Technology
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRGE	Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CTFP	Contrato de Trabalho em Funções Públicas
CTT	Correios de Portugal
DASET	Departamento de Arquitetura de Sistemas e Estratégia Tecnológica
Database Vault	<i>Framework</i> de Segurança para o sistema de gestão de base de dados
DES	Subsistema de Desemprego
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGITA	Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
DGSS	Direção-Geral da Segurança Social
DL	Decreto-Lei
DOSAC	Departamento de Operações de Sistemas e Apoio a Clientes
DR	Declaração de Remunerações
DRI	Declaração de Remunerações por Internet
DRO	Declaração de Remunerações Online
DSC	Declaração de Situação Contributiva
EESSI	European Electronic Signature Standardization Initiative
EFQM	European Foundation for Quality Management
EPAL	Empresa Portuguesa de Águas Livres
ERSS	Entidade Relevante para a Segurança Social
e-valorRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FGS	Fundo de Garantia Salarial
GC	Gestão de Contribuições
GERA	Gestão de Emissão de Recibos de Atendimento
GIEC	Gestão Integrada de Exposições do Cidadão
GR	Subsistema de Gestão de Remunerações
GRAF	Gestão de Revertidos em Execução Fiscal
IDQ	Subsistema de Identificação e Qualificação
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP.
II, IP.	Instituto de Informática, I.P.

Termo ou Acrónimo	Descrição
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISACA	Information Systems Audit and Control Association
ISO	International Organization for Standardization
ISS, IP.	Instituto de Segurança Social, I.P.
IT	Infraestrutura tecnológica
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
ITPT	Subsistema de Impedimentos Temporários para o Trabalho
JCAPS	Java Composite Application Platform Suite
LOE	Lei do Orçamento de Estado
LVCR	Lei relativa a Vínculos, Carreira se Remunerações na Administração Pública
MS	Microsoft Corporation
MSSS	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
MTSS	Ex - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
OE	Orçamento de Estado
PA	Plano de atividades
PDCA	Plan-Do-Check-Act
PESI	Plano Estratégico de Sistemas de Informação
PF	Subsistema de Prestações Familiares
PMA	Plataforma multicanal de atendimento
POCIQ	Portal do Conhecimento para a Inovação e Qualidade do ex-MTSS
POECD	Plano de Operacionalização do Exercício de Cargos Dirigentes
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado
PS	Pessoa Singular
PT	Posto de Trabalho
PTN	Postos de Trabalho Necessários
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
R4E	Recognised for Excellence
RA	Relatório de Atividades
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RCTFP	Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas
RH	Recursos Humanos
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAF	Sistema de apoio à Fiscalização
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAP	Software de Gestão de Negócios com o nome da empresa criadora
SAP-CO	Módulo SAP – Contabilidade
SAP-PS	Subsistema SAP – Project System
SAP-RH	Módulo SAP – Recursos Humanos
SCARE	Apoio Social a Carentes
SEF	Sistema de Execuções Fiscais
SEPA	Single Euro Payments Area
SESS	Sistema Estatístico da Segurança Social
SGI	Sistema de Gestão Integrado do II, IP.
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGR	Sistema de gestão do relacionamento
SGRS	Sistema de Gestão da Responsabilidade Social
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação
SGSI-SS	Sistema de Gestão da Segurança da Informação da Segurança Social
SGSTI	Sistema de Gestão de Serviços de tecnologias de Informação

Termo ou Acrónimo	Descrição
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SICC	Sistema de Informação das Contas Correntes - gere as contas correntes dos beneficiários da Segurança Social
SID	Sistema Integrado de Dívida
SIF	Sistema de Informação Financeira
SIG	Sistema de Informação de Gestão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão do Atendimento
SIRH	Sistema de Informação de Recursos Humanos
SISS	Sistema de Informação da Segurança Social
SS	Segurança Social
SSD	Segurança Social Direta
TB	Terabyte
TC	Tribunal de Contas
TCO	Trabalhador por Conta de Outrém
TI	Tecnologias de informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TIR	Projeto ACTIR – Ajudas de Custo – Transportes Internacionais Rodoviários
TLP	Antiga designação para a empresa “Telefones de Lisboa de Porto”
TU	Tesouraria Única
UE	União Europeia
VMP	Visita por Marcação Prévia



Instituto de Informática, I.P.

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, N°17
Edifício Ciência I • Taguspark
2740-120 Porto Salvo
Tel.: 214 230 000 • Fax: 214 230 001
E-mail: ii@seg-social.pt
www.seg-social.pt

